

## **Dos barracos à comunidade: representações sobre a moradia em uma localidade da periferia urbana de Florianópolis (1990 – 2010).**

**FRANCISCO CANELLA\***

### **Introdução**

Uma série de pesquisas realizadas durante duas décadas (entre 1990 e 2010) acompanhando o cotidiano e as práticas associativas dos moradores, num processo que abarcou desde a formação do grupo e a ocupação até a conquista da casa e suas vivências subsequentes na localidade permitiu a compreensão das representações de moradores de uma área de periferia de Florianópolis acerca de sua própria experiência como moradores. A forma como representam a sua área de moradia e a localidade<sup>1</sup> mais ampla que habitam estão longe de serem homogêneas, expressando diferentes posições dos sujeitos nos processos sociais, relacionadas principalmente às diferenças geracionais e ao grau de participação nos espaços de ação coletiva da localidade. Os termos com os quais designam a localidade, as referências à violência, os modos como interpretam a circulação entre as diferentes áreas do bairro fornecem algumas chaves para a elucidação das representações dos moradores sobre suas experiências como moradores.

### **A vida nos barracos na luta pela moradia**

Em 1992, na cidade Florianópolis, um grupo organizado de sem-teto entrava em suas casas após quase dois anos de lutas por moradia. Suas mobilizações envolveram a ocupação de terrenos e a autoconstrução das casas, em regime de mutirão. Setores politicamente progressistas de Florianópolis (na época com 280 mil habitantes) viram na vitória desse movimento um importante avanço para a pacata e conservadora capital de Santa Catarina.

---

\* Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

<sup>1</sup> A área investigada denomina-se Nova Esperança, e é parte da localidade conhecida como Bairro Monte Cristo, bastante estigmatizada em Florianópolis (considerada “violenta” e de “favelas”). Sobre o emprego dos termos área e localidade, ver Leeds & Leeds (1978) e Alvito (2003).

A forte presença de religiosos na condução do movimento teve papel fundamental na difusão do sentimento de união comunitária. O caráter político era claramente permeado de elementos religiosos: os valores e os discursos veiculados tornavam-se muitas vezes visíveis em práticas que assumiam a forma de rituais, como cultos ecumênicos e romarias. Além da celebração relatada no item anterior, a participação em manifestações dessa natureza era bastante frequente durante todo o período da ocupação e nos primeiros anos de existência da Nova Esperança.

A antropóloga Teresa Franzoni, que acompanhou o cotidiano dos sem-teto durante o período em que estavam acampados, observando manifestações, reuniões e celebrações, relacionou-os com a noção de liminaridade de Victor Turner (1974). Tal raciocínio fica mais evidente se relacionarmos o modo como o termo comunidade era empregado.

Aplicando-o, como fez Franzoni, à celebração dos cultos, a análise da noção de *communitas* permite perceber, nos relatos dos moradores, os elementos que Turner identifica nos fenômenos liminares: “a mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem” (TURNER, 1974: 118). O sacrifício que vivenciavam conduziria à passagem para uma vida melhor. Nesse processo, a união comum dos moradores era o meio que permitiria superar as dificuldades daqueles tempos. O sofrimento e a recusa do prazer conviviam com a união em torno de uma causa comum. No entanto, a sociabilidade estabelecida num contexto de *communitas* em muito se diferenciava daquela que se desenvolveu após a conquista das casas, quando a reafirmação da ordem se traduziu na privatização das relações e na desarticulação das práticas coletivas. Como observei em recente artigo sobre a localidade (CANELLA, 2010), o sentimento de perda da união coletiva teria ocorrido em razão da tentativa de prolongar o que é transitório, o momento de *communitas*, quando o cotidiano já era vivenciado como estrutura, que é permanente.

Foi nesse contexto, situação que pode ser descrita como liminaridade, que a noção de comunidade adquiriu centralidade no discurso das lideranças do movimento. Em minha dissertação de mestrado, desenvolvi um tópico intitulado “O discurso do CAPROM” (CANELLA, 1992: 89–94), com o qual buscava situar e compreender “este novo personagem” ou, mais precisamente, os valores e objetivos políticos que conferiam unidade

ao grupo (89). Pelas entrevistas, identifiquei uma série de elementos ressaltados nas falas dos integrantes do movimento, desde os sem-teto propriamente ditos aos assessores. Com relação a estes últimos, prestava especial atenção na fala dos que estabeleciam maior proximidade com os sem-teto, pois considerava que eles tinham papel fundamental no processo de consolidação e conformação do idioma de ação do movimento<sup>2</sup>. Mereceu destaque a frequência com que as lideranças empregavam a categoria *comunidade* em seus discursos. O termo abrigava mais de um sentido. A partir de uma observação atenta, tanto das entrevistas como dos múltiplos contatos cotidianos (conversas, reuniões) (CANELLA, 1992: 94), cheguei a algumas conclusões sobre suas representações:

- a comunidade implicava a existência de um conjunto articulado de pessoas, que discutiam e trabalhavam unidas na organização dos moradores;
- a união que caracterizava a comunidade devia obedecer a um critério de democracia interna;
- revelavam, em relação a Estado, percebido como um antagonista externo, um conteúdo de forte oposição e de negação, contra o qual organizavam as lutas e dirigiam suas reivindicações;
- a negação do Estado tinha como contrapartida a autonomia da comunidade, que deveria criar formas de autogestão para resolver os seus problemas para, deste modo, se tornarem sujeitos efetivos do processo no qual estavam inseridos.

### **Da “vida em comunidade” ao “cada um por si”**

Durante o período de ocupação e nos primeiros anos após a conquista das casas, conseguiram manter uma intensa mobilização coletiva, alimentada por uma utopia de cidade baseada na união dos moradores, cuja continuidade traduzia-se, por exemplo, na recusa, nos anos imediatamente após a ocupação, em não organizar uma associação de moradores

---

<sup>2</sup> A noção de idioma de ação é formulada por Carlos Steil (2002), que, em seu estudo sobre uma comunidade quilombola (Rio das Rãs, na Bahia), mostra como um conflito em torno das terras ao ser transformado em questão étnica aciona novas categorias, as quais, assentadas em traços socioculturais, passam a “condensar um outro universo de valores e sentidos que se tornam mobilizadores de práticas e lutas sociais”.

centralizada, nos moldes tradicionais, mas optar pelo funcionamento através de comissões por ruas da localidade.

No entanto, a trajetória dos moradores, nos anos que se seguiram à ocupação e ao mutirão, é bastante reveladora quanto aos processos de segregação da cidade. Essa dinâmica de sociabilidades, marcada por um claro componente político e utópico, (traduzido na noção de comunidade), não era mais ali encontrada no momento em que retomei contato com os moradores, no final da década passada (anos 1990). Ao contrário, as sociabilidades estavam então marcadas pela desarticulação coletiva e pela privatização do cotidiano. Não havia mais uma associação de moradores ativa e representativa da coletividade. Não se percebia qualquer contrapartida associativa (mesmo que não política) ou espaços locais que articulassem os moradores em alguma forma de vivência coletiva, predominando o encerramento dos moradores em suas vidas privadas. Havia uma situação de fragmentação na convivência dos moradores, com uma associação (ou o que sobrara dela) reproduzindo relações de tipo clientelista com políticos e com o poder público (inclusive se transformando em espaço para promoção de políticos que visavam se candidatarem em eleições). Algo bastante distante daquele ideal comunitário sonhado uma década antes.

Ainda assim esse passado marcado por lutas e por organização coletiva permanece nas falas de muitos moradores. Chama bastante atenção dos não moradores da localidade que passam a interagir com seus moradores as constantes referências ao tempo da ocupação. Seja em reuniões de pesquisa ou em conversas informais, todos destacam o quanto há um passado sendo constantemente sendo acionado em contraposição a um presente depositário de todas as mazelas e problemas. Ouvir formulações do tipo “nós éramos felizes e não sabíamos”, ou “naquela época era difícil, mas era bom”, “era melhor que hoje porque éramos unidos”, tem sido bastante comum nas conversas cotidianas, ou nos relatos dos ex-ocupantes para aquele que chega de fora e quer saber sobre a Nova Esperança. A época da ocupação é sempre recordada com saudade. Havia um entendimento consolidado entre eles de que aquela época, embora de grandes dificuldades, era melhor do que a atual. Os vizinhos “se ajudavam”, “havia união”, enquanto “hoje é cada um por si”.

Quando veio pra cá muita gente começou a pensar muito em si. Aí teve muita divisão, todo mundo... Lá em cima não parecia que você gostava do que era dos outros. Eu

pra mim, eu achava que lá em cima todo mundo era igual, sabe? Mas depois que vim pra cá, não... muita divisão, é aquele que mais pode, que pode mais chora menos... é cada um por si e Deus por todos (JANETE, 2009).<sup>3</sup>

Assim Luís Carlos comenta a ocupação: “*O (tempo) da Coloninha [...] o pessoal foi muito unido, diferente depois do tempo daqui*”.

Outra senhora, hoje já idosa<sup>4</sup>, lembrar com saudades do tempo “debaixo da barraca”:

Foi maravilhoso, ali até hoje eu sinto... foi tão bom que eu não esqueço até hoje...foi legal pra gente, a gente aprende muita coisa, convive com as pessoas. (..) A gente se junta com o povo, assim, a gente morava perto das pessoa, mas era tudo numa hora só, né? Vim morar tudo num dia só, com as pessoa, né? Ficar naquela ocupação ali, ficar ali, a gente sentia assim que debaixo da barraca, assim, pra gente sentir bem o que é a vida né? O Manuel [filho da entrevistada] tinha uns 3 anos na época. (..). Eu tinha assim vida debaixo de barraca, da lona, eu na roça também, muitas vezes na roça a gente....a gente trabalhava na roça é...a gente fazia muita coisa assim, aprendeu muita coisa assim, cozinha na roça. Sabe, nesses outros lugares, que as pessoas assim entraram e ocupou, não foi tão legal quanto a nossa, não foi, né? (LOURDES, 2004)<sup>5</sup>

Nos mais variados contextos (em reuniões políticas, em entrevistas, em conversas informais), desprende-se das falas dos moradores um passado que a todo momento é acionado em contraposição a um presente depositário de todas as mazelas e problemas. O período em que viveram “embaixo de lonas” vai assumindo contornos de um passado mitificado, em contraposição a um presente marcado pela falta de união e pelo interesse individual.

### **Lembranças do passado e sentidos do presente**

Os esforços de pesquisa buscaram então elucidar como, pelo ato recorrente de lembrar os tempos iniciais da comunidade, conseguiam conciliar o passado com o presente. Dessas investigações, considero importante destacar três aspectos que aparecem nos relatos dos moradores: dois referem-se à seletividade de seus procedimentos narrativos, enquanto o outro é relativo à autoidentificação.

---

<sup>3</sup> Em 2009 Janete estava com 58 anos.

<sup>4</sup> Na época da entrevista, em 2004, estava com 58 anos.

<sup>5</sup> Cfr. Entrevista concedida a André Vinicius Prado Pitta. Florianópolis, jul. 2004.

Chegava à constatação de que os procedimentos narrativos eram altamente seletivos. Existem elementos mais autorizados da memória da comunidade. Ao mesmo tempo, os elementos conflitivos desse passado eram eliminados. Duas situações são particularmente ilustrativas.

Uma senhora que teve participação bastante dinâmica na história da comunidade, procurada para que me concedesse uma entrevista sobre a ocupação na Colônia, me disse que era o seu marido quem sabia responder sobre isso. "Ele tava lá, eu não... eu recém tinha ganhado meu filho". De fato, no dia da ocupação, e nos primeiros tempos "sob a lona", ela não estava lá. No entanto, ao procurar seu marido, ele disse que achava melhor falar com sua esposa, pois ela é que "sabia" sobre a ocupação. Ou seja, a ocupação, por ser um importante acontecimento público, da história comum a todos, deveria ser relatada não por ele, que nunca teve participação pública destacada na comunidade (embora tenha presenciado a ocupação), mas por sua mulher que, embora não tivesse participado da ocupação, tivera atuação pública na comunidade.

A segunda situação refere-se à eliminação dos elementos conflitivos da narrativa sobre o passado. O próprio fato de haver um emissor autorizado e outro desautorizado traduzia uma relação conflitiva.

É o que pode ser percebido pela turma da "fuzarca". É o termo que Luís Carlos empregou para denominar o grupo do qual fazia parte, conhecido entre os ocupantes por consumir álcool em excesso, se drogar e constantemente se meter em confusões. Luís Carlos admitiu, sem qualquer constrangimento, que naquela época "não tinha muito interesse nessa coisa comunitária" – mesmo com todo o discurso que mobilizava o grupo de sem-teto baseado na união coletiva e no compromisso com a transformação social. Hoje ele se autocritica, mas não se envergonha nem relata seu passado sob o prisma do arrependimento. Segundo seu próprio depoimento, durante o período da ocupação havia mais união, mas, pelo fato de ser usuário de droga, alguém que consumia muita bebida alcoólica, era "quase que excluído. A própria comissão, que se dizia comissão, era aquela panela". Cita o nome das lideranças que lembra como "essa panela." "O resto era excluído, né." "O resto era..., porque não sabia falar, porque era ignorante, porque bebia, porque fumava..." Certa vez foi a uma

reunião e tentou colocar suas ideias, mas não foram aceitas por causa disso. Indaguei sobre a época do mutirão, Luís Carlos disse que, tirando as mulheres, “que trabalharam um monte”, tinha a turma da betoneira, que eram os excluídos, que, na hora do “pega pra capar”, foram os que mais trabalharam. Na hora de escolher as pessoas para aprenderem a fazer as casas (o que aconteceu na fábrica), foi uma minoria, “mas quem não foi fez as casas melhor do que quem foi, acabou trabalhando melhor”.

De seu depoimento emergiu a lembrança de que eram muito desprezados nas reuniões. Mas depois, já na Nova Esperança, quando “o pessoal começou a pisar na bola”, ou seja, começou a apresentar falhas na organização coletiva, conseguiram “colocar umas ideias”, tal como fazer churrasquinho (faziam na casa comunitária), atividade que congregava as pessoas e dava lucro, coisa que Luís Carlos pretende retomar (“fazer comida no final de semana, um dominó, reunir o pessoal, mesmo que sem bebida alcoólica”) assim que a casa comunitária esteja pronta, para que a comunidade volte a ser unida. Quanto ao porquê da falta de união, vacila na resposta: acaba dizendo que foi por conta das pessoas não se interessarem mais, estarem mais preocupadas com o seu particular, e também ao “diz-que-me-diz”. Daquele tempo pra cá, a comunidade não evoluiu muita coisa. Em sua avaliação, “a comunidade acabou regredindo”.

Mesmo que houvesse esforços em incluí-los, mesmo existindo a necessidade de manter a ordem, as exclusões aconteceram no plano da memória. Somente após muitos relatos é que fui ouvir referência a acontecimentos que contradiziam práticas de solidariedade. Um desses acontecimentos foi a tentativa de alguns ocupantes fazerem com que parentes seus entrassem nas casas feitas por mutirão, quando essas estavam prontas, mas ainda não ocupadas, “roubando”, desse modo, a casa daqueles que haviam participado da ocupação desde seus primórdios. Tais fatos, que comprometeriam o sempre lembrado sentimento de união, são esquecidos de seus relatos, que tanto idealizam o passado difícil vivido embaixo das lonas da ocupação.

Perguntei a algumas pessoas se foi difícil para elas continuar morando na Nova Esperança depois do ocorrido. Deram de ombros, talvez por não querer falar mal dos que até hoje são seus vizinhos. Janete, por exemplo, sem deixar de ser evasiva, disse que, “como tudo

na vida, o pessoal esquece muito rápido”. Além do mais, muitos saíram da comunidade. Dos que colocaram pessoas nas casas, só estão vivendo na Nova Esperança duas famílias.

O convívio, o contato cotidiano com os moradores foi revelando outra narrativa sobre o passado, na qual, à narrativa hegemônica de um movimento vitorioso e de uma vivência coletiva bem-sucedida, se entremeava uma série de outras situações conflituosas. Várias mulheres, e mesmo alguns homens, se referem ao fato de que as mulheres foram as que mais trabalharam. Também ouvi de muitos a queixa de que a coordenação era muito rígida: fazia as pessoas perderem o dia de trabalho por quinze minutos de atraso (como aconteceu com o filho de uma das lideranças). Há ainda os que recordam daqueles que dormiam dentro das casas, ao invés de trabalhar, enquanto outros reclamam que os coordenadores das atividades cobravam muito de todos, mas pouco trabalhavam.

O terceiro aspecto a ser comentado refere-se à noção de comunidade como categoria de autoidentificação dos moradores. Tal noção foi ressignificada, assumindo novos contornos. Ao longo dos anos, foi sendo naturalizada no uso cotidiano dos moradores, sem que necessariamente remetesse ao antigo significado: eles são a *comunidade Nova Esperança* – assim consta no nome oficial da associação de moradores. A forma mais comum de mencionar a localidade é “*aqui na comunidade*”. Mesmo sem aquele sentimento de união e toda a carga política que trazia consigo, seu emprego tem sido feito em contraposição ao termo *favela* – falar em *comunidade* constitui uma forma de proteger-se do estigma da favela. Assim, uma palavra que compunha no passado o idioma de ação do movimento atualiza-se, no novo contexto, associando-se a um sentimento de medo (“da polícia”, “das drogas”, “da violência”) e de reação ao citado estigma.

No presente caso, o ato de rememorar passa pela contraposição de um passado de lutas e de união a um presente marcado pelo individualismo, pela desunião e pela falta de solidariedade. Se essa operação revela o desejo de superação de uma situação presente, ao mesmo tempo denuncia um sentimento de impotência para mudar: as críticas feitas pelos moradores têm sempre um tom de autocrítica, pois se referem à localidade como um todo. Ao identificarem o mal-estar atual na situação de “violência”, na “droga”, nos novos tempos, atribuem a origem do problema a um “outro generalizado”, não particularizando pessoas ou

conjunto específico de atores, visto que, mesmo os que poderiam ser responsabilizados, os jovens da Nova Esperança envolvidos em atividades ilícitas, são tratados em seus relatos como “filhos da comunidade”, isto é, são percebidos como vítimas, não como sujeitos ativos do processo. A noção de comunidade, no modo como tem sido empregada, remete a uma memória coletiva.

É possível dizer que as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores numa cidade que exclui e segrega suas áreas periféricas faz com que o retorno do passado constitua uma captura - no sentido afirmado por Beatriz Sarlo (2007: 10) - de um presente marcado por poucas perspectivas de futuro. Tarefa da memória é recompor a imagem do passado a partir do desejo presente de superar a falta de união coletiva e o individualismo reinantes.

Desse modo, ao constatar uma memória que positiva o passado, a análise identificou um ponto comum no conjunto de avaliações dos moradores. Mas, sob uma aparente unidade, atestada por depoimentos que muito se assemelhavam, obedecendo aos mesmos procedimentos narrativos, foi possível perceber rupturas. Uma escuta mais atenta de seus relatos do que foi consensualmente avaliado pelos moradores como perda, permitiu constatar diferentes sentimentos. O caráter provisório dessa unidade fica mais claro se distinguirmos, nos mesmos atores, embora em diferentes temporalidades, a condição de integrantes de um movimento diferente da condição de morador plenamente estabelecido. Afinal, se, na condição de participantes de um movimento constituíram um ator coletivo<sup>6</sup>, o movimento dos sem-teto, a condição de moradores em pouco tempo desfez o ator coletivo e fez emergir um conjunto bastante diversificado de atores, evidenciado pelo modo como as trajetórias se diferenciaram ao longo de duas décadas. As diferenças devem, portanto, ser buscadas nos sentidos atribuídos às práticas e às formas singulares de sentir esses processos vivenciados, ancorados nas suas diferentes experiências de vida.

Tal processo (que faz com que permaneçam nas falas de muitos moradores as recordações das lutas e todo o conjunto das experiências vivenciadas coletivamente) articula-

---

<sup>6</sup> A análise do movimento sob a noção de ator coletivo encobre as fissuras, os dissensos e as discontinuidades, reforçando uma narrativa mítica do período de ocupação. A análise mais criteriosa de suas lembranças, tal como fizemos a partir dos depoimentos dos moradores, permitiu a compreensão dessas discontinuidades.

se com a forma como representam a sua área de moradia e a localidade mais ampla que habitam. Longe de serem homogêneas, as representações expressam diferentes posições dos sujeitos nos processos sociais, relacionadas principalmente às diferenças geracionais e ao grau de participação nos espaços de ação coletiva da localidade.

### **A circulação dos moradores pelo bairro**

Com relação à circulação dos moradores pelo bairro, os anos de convivência e as entrevistas realizadas com muitos moradores contribuíram para desconstruir uma imagem que se procura veicular quanto ao bairro na cidade. Quando retomei o contato com os projetos na Nova Esperança imaginava encontrar uma realidade daquela produzida pela grande mídia nacional, de uma área corroída pela violência de gangues de criminosos que impedia a circulação livre dos moradores. Em períodos mais violentos, as pessoas ficavam confinadas em suas casas, com medo dos tiroteios entre policiais e traficantes. Segundo vários depoimentos, atualmente o risco e o impedimento da circulação existiriam apenas para aqueles que estariam envolvidos diretamente com as atividades criminosas. *“Só tem medo quem deve alguma coisa. Se tu não deve nada, não tem o que temer”*. Vários outros relatos de moradores desconstróem o perigo. Sem dúvida, em alguns momentos a situação de violência já esteve particularmente difícil em alguns momentos. Por conta disso, tornam-se parte do noticiário. Assistem com frequência programas policiais que retratam esses lugares como extremamente perigosos e violentos, em matérias sensacionalistas. Há uma espetacularização do crime e da violência, onde tomam parte, passam a ser protagonistas do espetáculo. Os moradores tinham sua circulação afetada pelos constantes riscos de tiroteios ente gangues rivais ou contra a polícia. No entanto, não ocorre o tipo de territorialização que impõe limitações entre as áreas, tal como verificado em algumas metrópoles brasileiras.

O que existe, porém, é um sentimento de pertencimento que faz com que os jovens procurem reforçar os seus vínculos no plano local. No caso dos jovens, vários dos que colocaram que, por não deverem nadar, podiam circular livremente por diferentes espaços do bairro (citando inclusive os amigos que têm em outras áreas), ao serem perguntados por que

não freqüentam cotidianamente essas áreas, colocaram que não gostam de ir lá, que não se sentem bem fora da Nova Esperança.

Questionei-me se nessas falas que enfaticamente retratavam o bairro como sendo seguro se não havia da parte deles uma tentativa de positivar o lugar. Observando atentamente a circulação no plano local, as características das atividades criminosas, vendo a inter-relação entre os moradores de várias localidades, consolidei a impressão de que se trata muito mais de relatos no sentido de evidenciar a realidade de um bairro que, embora com problemas de violência e criminalidade, tem características de muitos outros bairros “comuns”, que não sofrem o estigma de favela. Ressaltar essas características parece ser um esforço no sentido de superar estigmas e preconceitos.

No entanto, há uma violência real que está na polícia contra os moradores. Eles conhecem alguns pelo nome. O mais temido é o Índio. Fazem os “atracos” - as revistas nos jovens - de modo agressivo, muitas vezes com violência física, sequer distinguindo se são menores de idade ou não. Em tal violência, na arbitrariedade policial, há uma manifestação clara do estigma.

Constatei muitos contatos entre os moradores das diferentes áreas do bairro Monte Cristo. Circulam calmamente pelas ruas centrais do bairro, se cumprimentam, se reconhecem como vizinhos de longa data. Existe uma rede de contatos, envolvendo amizade, parentescos e relações de interesses os mais diversos (contatos políticos, compra e venda, contratação de serviços) bastante intensa entre as diferentes áreas do bairro, revelando uma realidade bastante distante daquela de territórios segmentados e atomizados.

No entanto, do bairro para fora, a situação já é outra: a circulação dos moradores que é possível observar constitui-se num indicador de segregação. Confrontado com as características da cidade, as já citadas dificuldades de transporte coletivo parecem ser um fator inibidor, numa cidade que coloca cada vez mais a ênfase no transporte individual. Recentemente, os moradores comemoraram a melhoria do transporte entre o bairro e o centro: foi implantado um transporte mais ágil e mais barato, de tarifa social, baseado em microônibus, o “Chiquinho”. No entanto, ele não circula aos finais de semana e, mesmo em

dias de semana, seu horário é apenas até as primeiras horas da noite. A finalidade explícita é para o trabalho e para os estudos.

Um outro fator a ser destacado é a crescente compra de automóveis motocicletas por parte dos moradores, fenômeno crescente nos últimos anos com a ampliação do acesso ao crédito para classes populares. Nos finais de semana, muitos fazem visitas a parentes que moram em outros bairros da cidade. No entanto, para aqueles que dependem do transporte coletivo tal hábito não é tão freqüente: essas visitas são inibidas pelo alto preço das passagens do transporte coletivo.

### **As diferenças entre as gerações nas representações sobre a localidade**

Em uma reunião de várias lideranças do bairro Monte Cristo com o comandante dos bombeiros, realizada na casa comunitária da Nova Esperança, que tentava implantar um projeto comunitário de bombeiros, ao decidirem o local da próxima reunião, que deveria contar com um número ampliado de participantes, mais uma vez ouvi de moradores sobre a dificuldade dos jovens de circular na região. A reunião chegava a um impasse, pois, de acordo com o local escolhido (e não havia muitas alternativas, já que se exigia uma sala de reuniões que abrigasse um número maior de participantes), uma liderança erguia a voz para informar que “se for lá, os jovens da minha comunidade não irão”.

Tal percepção contrasta com a de jovens entrevistados, como Renato, Roni, Jane, Nicole. Talvez por ser um olhar de fora, não de dentro, eram pessoas de uma geração mais velha, na sua maioria maiores de trinta anos de idade. Pensavam nos jovens em geral como categoria. Ao generalizar, falavam na *juventude* de seus lugares, assim como falavam de sua *comunidade*. Embora seja verdade que muitos jovens, de fato, não circulam, o olhar da geração mais velha não detalha que jovem se encontra nessa condição; não contabiliza quantos efetivamente estão impedidos de circular, talvez por ser mais interessante, na constituição de uma identidade em oposição à da cidade, que a aproxime da realidade tão destacada pela mídia das grandes metrópoles nacionais. Em lugar de contabilizar os jovens, preferem contar um drama.

Diferente das respostas que colhi nas conversas com os mais velhos, nas entrevistas gravadas com os jovens pude perceber a preferência pelas entrevistas como oportunidade de falar de si mesmos, não da juventude, mas dos jovens com quem convivem. Não estão preocupados em exibir uma imagem da situação de violência de suas comunidades para quem chega de fora, caso das lideranças, para quem tal imagem “rende”, e passa a conformar o idioma de ação das lideranças quando se referem às questões da juventude e da violência. Como já conhecia muitos deles, responderam-me de dentro, sem a mediação de qualquer categoria sociológica: problema do jovem, violência na comunidade, o dia-a-dia da população. Para os jovens com quem conversei, assim como para muitos dos que com eles convivem, não há problemas em circular nos diferentes territórios, embora escolham não conviver, não frequentar outras áreas. Não se sentem bem fora de seu espaço, mas, se necessário, não se sentem impedidos de o fazer, uma vez que *não devem*, pois não cometeram qualquer deslize nem estão em conflito com quem quer que seja, e até por serem reconhecidos como moradores do bairro – diferentemente dos universitários.

Ao contrário, para os jovens que desconstruíram essa imagem, interessa menos veicular a ideia de território associada à violência. Percebem nisso a fonte de muitos estigmas, e reagem contra. Daí encontrar-se em algumas falas certa veemência na desconstrução dessa imagem, como que dizendo: “*presta atenção, você aí, que é de fora<sup>7</sup> deixa de pensar bobagem sobre o nosso lugar*”. Essa era a sensação (desconfortável, com certeza) que tinha quando conversávamos sobre o tema.

O falar sobre a circulação entre os territórios desestrutura a imagem que se hegemoniza acerca da juventude e seus territórios. Não são lideranças. A eles não interessa a imagem construída que “rende” política ou simbolicamente. Entre compartilhar de um idioma de ação política e fugir ao estigma do cotidiano da cidade, preferem a segunda opção.

No entanto, em suas avaliações sobre a localidade, admitem haver problemas. Enfatizam (nesse ponto, de modo muito similar ao da geração dos pais) como aspectos negativos a fofoca, a inveja, a relação que hoje predomina entre as pessoas. Dizem que já foi

---

<sup>7</sup> Sabem que somos da universidade. Têm ideia de nossos estudos, e que estamos escrevendo sobre eles, suas vidas, sobre a condição de pobreza em que vivem.

melhor. Reclamam que as pessoas não ficam mais nas ruas, recolhendo-se cada vez mais ao âmbito privado. A diferença é que não responsabilizam a violência por essa nova dinâmica, mas os próprios moradores. O medo seria mais um pretexto do que uma causa real do problema.

Mesmo assim, acreditam em mudança, apesar de não terem propostas concretas e de não estarem engajados em qualquer movimento para tentar essa mudança. A mudança teria a ver com a mudança nas sociabilidades, na possibilidade de transcender os limites do espaço local.

*O jovem, hoje em dia, pensa que é jovem, tem que fazer as coisas no impulso, na adrenalina e não tem responsabilidade por trás disso. Não adianta fazer, não digo eu, fazer... Vamos dizer: tem um paredão ali, alto, branco, cru, pegar umas latas de spray e sair pichando. Já pensa diferente: já que tem aquele muro alto, branco, cru... se for fazer alguma coisa, trabalha num projeto de grafite, essas coisas assim. Porque ali tu aprende, ao mesmo tempo pode ensinar ou acabar se profissionalizando nisso. Mexe muito com o emocional e o pessoal da pessoa durante o projeto.*

*O jovem não vai ficar nesse pequeno mundinho, porque se ficar ali, só naquele ovo, só naquele ovo, uma hora ele apodrece, quebra, essas coisas assim. Tanto é que o desenho próprio da comunidade, ele é como se fosse um formato de ovo, em diagonal... acho que é em diagonal? É, em diagonal... o logo da Nova Esperança. É fixado pra frente, a ideia de crescimento, de objetivo... Isso foi uns pontos mesmo da... de ter trabalhado com cidadania". [...] "Não querer ficar só naquela pequena redoma, procurar espaços diferentes, áreas diferentes, pessoas diferentes, ambientes diferentes. Não ficar só no mesmo quartinho. A mesma coisa te colocar com uma roupa branca, num quarto todo branco e uma pequena luz vermelha, uma hora tu vai acabar aloprando, ficando doído, [...] naquele pequeno ambiente (RONI).*

Este ponto, relacionado a mudanças nas relações no plano local e à busca de novos espaços, foi destacado por vários dos jovens com quem conversei. No entanto, nenhum deles identificou alguma forma de intervenção ou de atuação que passasse por qualquer das instituições existentes no bairro ou na cidade.

### **Considerações Finais**

A preocupação em superar o estigma, manifestada por muitos dos jovens na desconstrução da imagem do bairro como violento, contrasta com o idioma de ação das lideranças que incorporam a ideia de um bairro territorializado pelo crime e pelas gangues. Para além de uma divergência de opiniões, há neles uma motivação voltada à busca de oportunidades, em que o estatuto da igualdade (e de superação do estigma) para estar em

condições de se inserir individualmente na disputa é mais importante que a denúncia de uma injustiça que, se denunciada, reforça ainda mais o estigma.

Em que pesem todas as dificuldades, o bairro adquire uma nova face (em particular, em áreas como a Nova Esperança), cada vez mais assumindo as feições de bairro popular, distanciando-se do estigma de favela. A urbanização representa, sem dúvida, outra inserção na cidade, com as melhorias na qualidade de vida do bairro e de sua imagem na cidade, evidenciando a relação do poder público com estes setores. No entanto, as representações dos moradores revelam tensões e ambiguidades. Isto porque, por parte do Estado, apesar das melhorias citadas acima, predominam ainda o abandono e o estigma dessas áreas da cidade.

### Referências Bibliográficas

ALVITO, Marcos. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, Alba ; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CANELLA, Francisco. Lembranças do passado e sentidos do presente: notas sobre o sentimento de união em uma localidade da periferia de Florianópolis (1990–2010). In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: Ética, 2010.

\_\_\_\_\_. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto**: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

FRANZONI, Teresa. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL